

## **27. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

Submetem-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal os Contratos Interadministrativos de delegação de competências:

**a)- União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves** para a execução da obra denominada **"Requalificação da Rua de Vilar - Ferreiros"**, no **montante de 126.577,72 euros**.

**b)- União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe** para a execução da obra denominada **"Caminho de acesso à Rua do Sobreiro"**, no **montante de 5.083,36 euros**.

**c)- Freguesia de Tadim** para a execução da obra denominada **"Auditório da Sede da Junta"**, no **montante de 354.137,81 euros**.

A reunião  
do Executivo  
Municipal  
4-10-2014

12 Julho 2014

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça do Município* desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: JOÃO MANUEL FARIA DA COSTA** intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES** pessoa colectiva de direito público 510 836 780 com sede na Rua Maria Amélia Bastos Leite nº 182, 4700 - 120 adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os

demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União de Freguesias de **Ferreiros e Gondizalves** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de --- de ----- de 2017 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- de 2017 e pela Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de **Ferreiros e Gondizalves** em sessão de ----- de ----- de 2017 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2017.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES** para a execução da obra denominada “**Requalificação da Rua de Vilar - Ferreiros,**” prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **109.271,43€**, à qual acresce a importância de **6.556,29€** correspondente ao IVA, perfazendo o total de **126.577,72€**, por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

**Ano de 2017 – 26.577,72 €**

**Ano de 2018 – 100.000,00 €**

#### **Cláusula 4ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos

requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

## **Cláusula 20ª**

### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº-----.

## **Cláusula 21ª**

### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2017 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

**b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2017.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 06 de Julho de 2017**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**

---

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Compromisso**

**CONTR.: E/3862/DAC/2/2017**

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Cabimento prévio: DESP.: E/3862/DAC/2/2017

Entidade: 2271 União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves  
NIF: 510836780

Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 0805010201 Obras e melhoramentos nas freguesias

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

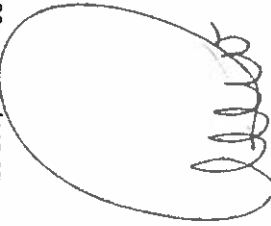
420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/8 Transferências de capital - Freguesias - Apoio Financeiro

Contrato:

N.Seq.: 18278

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
11/07/2017	13464	26 577,72				26 577,72		REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE VILAR- FERREIROS
11/07/2017	13465					26 577,72	100 000,00	



Câmara Municipal de Braga  
Ficha do Cabimento

DESP.: E/3862/DAC/2/2017

Serviço Requisitante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/8 Transferências de capital - Freguesias - Apoio Financeiro

N.Seq.: 17802

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 3 332 000,00

Cabimentado: 2 602 040,74

Saldo: 729 959,26

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso Documento	Valor	Saldo	Descrição
		Inicial	Correções				
11/07/2017	12849	26 577,72				26 577,72	REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE VILAR - FERREIROS



Câmara Municipal de Braga

# Comprovativo de Fundos Disponíveis

CONTR.: E/3862/DAC/2/2017

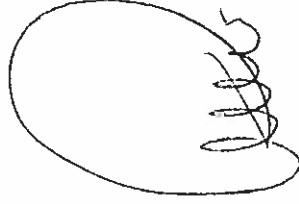
Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Entidade: 2271

União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves

N.Seq.: 18278

Data	Período de Liquidação	2017		Anos Seguintes			Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	F. Disp após	2018	2019	
11/07/2017	julho	10 585 772,40	26 577,72	10 559 194,68			
11/07/2017	janeiro	0,00		-100 000,00	100 000,00	2021 e seg.	





**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

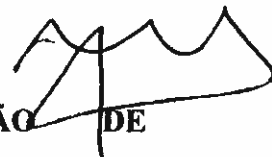
Ofício n.º E/3862/DAC/2017

Assunto: Requalificação da Rua da Vilar - Ferreiros

Freguesia: U.F.de Ferreiros e Gondizalves

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p>Uma vez obtido o parecer favorável da DTM bem assim o auto de cedência que faltava e estando a obra em apuro contemplada no Plano 2017 do Município, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do Executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>04.07.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>De acordo.</p> <p>Obrs inscrita no Plano Vau o em de 2017 -presentando o processo completo, nomeadamente auto de cedência de terrenos e Vauem de DTM, que possuir Vau m submeter à apreciação do Executivo Municipal Vau m pronunciar ponto de delegação de apurados UT de terrenos/gondizalves, via contrato interadministrativo.</p> <p>04 JULHO 2017</p> <p><i>[Signature]</i></p>
<p>A DAF, D. Filomena Vieira, para elaboração do respetivo contrato interadministrativo.</p> <p>06.07.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>De remeter a DC para calibrar e submeter à reunião do Exe- cutivo.</p> <p>06.07.2017</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p>

*A ~ do Excmo. 17/7/19*



**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL DUME E  
SEMELHE**

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA** intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL DUME E SEMELHE**, pessoa colectiva de direito público nº 510 839 118 com sede no Largo da Capela, nº 8 4700-259 Real, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se

encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL DUME E SEMELHE** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ----- de ----- de 2017, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- de 2017 e pela Assembleia da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL DUME E SEMELHE** em sessão de ----- de ----- de 2017, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2017.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL DUME E SEMELHE** para a execução da obra denominada “Caminho de Acesso à Rua do Sobreiro” prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

### **Cláusula 3ª**

#### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto na cláusula 1ª e definido a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba – **4.795,62€ à qual acresce 287,74€ correspondente ao (I.V.A. 6%), perfazendo o total de 5.083,36€ (com IVA incluído)** por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

### **Cláusula 4ª**

#### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

### **Cláusula 5ª**

#### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

### **Cláusula 6ª**

#### **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº ----- .

## **Cláusula 21ª**

### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

### **Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ---- de ----- de 2017 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

**b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2017.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 18 de Julho de 2017**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da União de Freguesias de Real Dume e Semelhe**

---

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

**DESP.: PED/10632/20/2017**

**Serviço Requiritante:** 12 Div. Apoio Freguesias

**Organica:** 0102 Câmara Municipal

**Económica:** 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

**GOP:** 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

**N.Seq.: 18053**

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 9 400 000,00

Cabimentado: 9 110 865,08

**Saldo:** 289 134,92

**Dependente de:**

**Contrato:**

Data	Nº Lanç	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
18/07/2017	13157	5 083,36					5 083,36	CAMINHO DE ACESSO À RUA DO SOBREIRO - U,F,REAL DUME E SEMELHE

18/07/2017 13817

18568 CONTR.: PED/10632/20/2017

5 083,36

0,00 CAMINHO DE ACESSO À RUA DO SOBREIRO

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

CONTR.: PED/10632/20/2017

Serviço Requisitante: 12 Div. Apoio Freguesias

Cabimento prévio: DESP.: PED/10632/20/2017

Entidade: 2279 União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe  
NIF: 510839118

Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 0805010202 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Contrato:

N.Seq.: 18568

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
18/07/2017	13817	5 083,36				5 083,36		CAMINHO DE ACESSO À RUA DO SOBREIRO- U.F. REAL DUME E SEMELHE

## Comprovativo de Fundos Disponíveis

N.Seq.: 18568

CONTR.: PED/10632/20/2017

Serviço Requisitante: 12 Div. Apoio Freguesias

Entidade: 2279 União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe

Data	Período de Liquidação	2017		Anos Seguintes				Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	F.Disp após	2018	2019	2020	
18/07/2017	julho	8 775 843,94	5 083,36	8 770 760,58				





**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/10632/2017

Assunto: Caminho de Acesso à Rua dos Sobreiros

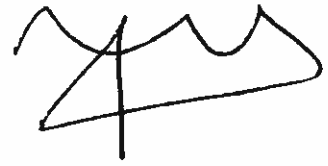
Freguesia: U.F. de Real, Dume e Semelhe

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p>Uma vez cumprido o formalismo decorrente do despacho do Sr. Vice-Presidente, de 03/05/2017, julgo de a obra em apreço merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>- A consideração superior.</p> <p>14.07.2017</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>- A DAF, D. Filomena Vieira para elaboração do respectivo contrato interadministrativo.</p> <p>18.07.2017</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter a DC para submeter e submeter à reunião do executivo.</p> <p>18.07.2017</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>Estando em condições de se apreciar o presente processo, visto o curso de comunicação local (kmelhe), pode submeter o mesmo à apreciação do Executivo Municipal para a delegação da obra e o processo pode se ter o caso pelo U.F. de Real, Dume e kmelhe pelo Município de Braga.</p> <p>17 Julho 2017</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>
	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p>

*A ~ de Mendes*

*17/7/19*

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS NA FREGUESIAS DE TADIM**



**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: MANUEL PEREIRA DE FARIA** intervindo em representação da **FREGUESIAS DE TADIM**, pessoa coletiva de direito público nº 507 007 239, com sede na Rua Dr. Guilherme Braga da Cruz, nº 2, 4705-671 Tadim, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na **FREGUESIA**, em virtude de se

encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **Tadim** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ---- de ----- de 2017, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- de 2017 e pela Assembleia de Freguesia de Freguesia de **Tadim**, em sessão de ----- de ----- de 2017 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2017.

### **Cláusula 1ª**

#### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE TADIM**, para a execução da obra denominada “**Auditório da Sede da Junta**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

### **Cláusula 2ª**

#### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

### **Cláusula 3ª**

#### **(Recursos financeiros)**

- 1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **334.092,27€ à qual acresce 20.045,54€ correspondente ao I.V.A., perfazendo o total de 354.137,81€ com IVA incluído, por conta da delegação efetuada.**
- 2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.
- 4 - Repartição de encargos:

**Ano de 2017 – 4.137,81€**

**Ano de 2018 – 350.000,00€**

### **Cláusula 4ª**

#### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

### **Cláusula 5ª**

#### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

### **Cláusula 6ª**

#### **Prazo**

- 1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.
- 2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

**Cláusula 8.ª**  
**Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

**Cláusula 9.ª**  
**Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

**Cláusula 10.ª**  
**Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**Cláusula 11.ª**  
**Ocorrências e emergências**

**FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

**Cláusula 12.ª**  
**Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**Cláusula 13.ª**  
**Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

**Cláusula 14.ª**  
**Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento n.º -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos n.º -----.

## **Cláusula 21ª**

### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

### **Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2017 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

**b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2017.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 18 de Julho de 2017**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da Freguesia de Tadim**

---

Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Compromisso**

N.Seq.: 18569

**CONTR.: AUDT.SEDE/2017**

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Cabimento prévio: PROP.: 101/PROC/08/2017

Contrato:

Entidade: 10656 Freguesia de Tadim

NIF: 507007239

Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 0805010202 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Data	Nº Lang.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
18/07/2017	13818	4 137,81				4 137,81		AUDITÓRIO DA SEDE DA JUNTA DE TADIM
18/07/2017	13819					4 137,81	350 000,00	



Câmara Municipal de Braga  
**Ficha do Cabimento**

**PROP.: 101/PROC/08/2017**

**N.Seq.: 18054**

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

**GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES**

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 9 400 000,00

Cabimentado: 9 115 002,89

**Saldo: 284 997,11**

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso Documento	Valor	Saldo	Descrição
		Inicial	Correções					
18/07/2017	13158	4 137,81					4 137,81	AUDITÓRIO DA SEDE DA JUNTA DE TADIM

18/07/2017 13818

18569 CONTR.: AUDT.SEDE/2017

4 137,81

0,00 AUDITÓRIO DA SEDE DA JUNTA DE TADIM

